

22 JAN 2014

FOLHA DE LONDRINA

MP recorre contra decisão que beneficiou Bibinho

**Em despacho que condena
ex-diretor da AL à prisão de quase
19 anos, acusação de falsidade
ideológica não foi acatada**

Mariana Franco Ramos

Reportagem Local

Curitiba - O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público (MP) do Paraná, apelou da decisão da 9ª Vara Criminal de Curitiba que absolveu o ex-diretor-geral da Assembleia Legislativa (AL) Abib Miguel, o Bibinho, da acusação de falsidade ideológica. O recurso foi apresentado na última segunda-feira e será analisado pelo Tribunal de Justiça (TJ), em prazo ainda não definido.

Apesar da absolvição parcial, a juíza Ângela Regina Ramina Delucca condenou o ex-diretor da AL a 18 anos, 11 meses e 20 dias de prisão em regime fechado pelos crimes de peculato, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro. Como é réu primário, ele está recorrendo em liberdade.

Segundo o coordenador estadual do Gaeco, o procurador de Justiça Leonir Batisti, a questão da apelação é técnica e fundamentada no que já estabelece a sentença. "Nós en-

tendemos que a falsidade ideológica merece uma pena autônoma. Houve dezenas ou centenas de documentos falsificados para permitir o registro na folha de pagamento (da AL) de pessoas que não trabalharam lá", explicou.

Já o advogado de Bibinho, Eurolino Reis, disse que "a apelação é uma prerrogativa do MP, assim como é uma prerrogativa da defesa insurgir contra a decisão da juíza". No último dia 17, ele entrou com embargos de declaração, alegando erros na publicação do endereço e do nome da mãe de seu cliente. O artifício é normalmente utilizado para esclarecer supostas obscuridades no processo. "Se a magistrada não sabe sequer quem é a genitora dele, eu tenho a obrigação de entrar com os embargos", afirmou. Reis reiterou, ainda, que acredita na inocência do ex-diretor.

Denúncias

As investigações da operação Ectoplasma 2, deflagrada em maio de 2010 pelo Gaeco, mostraram a existência de um

esquema de desvio de pelo menos R\$ 200 milhões dos cofres da AL, por meio da contratação de funcionários laranjas e fantasmas. O caso, que ficou conhecido como "Diários Secretos", foi segmentado em oito subprocessos, a partir das duas ações criminais propostas pelo MP.

A denúncia que resultou na condenação de Bibinho a quase 19 anos de prisão refere-se ao caso do ex-funcionário Daor Afonso Marins de Oliveira. De acordo com a juíza, os denunciados estabeleceram "engenhosa sistemática de prática de crimes", angariando familiares ou conhecidos que pudessem figurar como comissionados da AL. Maureen Louise de Oliveira e Marlon Christian Luccas de Oliveira, filhos de Daor, também são réus no processo.

A magistrada informou que os pagamentos das remunerações eram feitos mensalmente pela Casa, em favor de tais pessoas, mais os valores desviados para proveito próprio do bando, com a divisão do dinheiro entre todos. Ângela Delucca aponta Bibinho como "o líder da quadrilha", a quem cabia a orientação e a direção das atividades dos demais participantes.

Além da detenção, ela determinou que o ex-diretor pague R\$ 1.117 dias-multa, valor calculado a base de um quinto do salário mínimo vigente à época dos fatos e corrigido desde a data da infração. Abib Miguel terá de devolver aos cofres públicos, ainda, os R\$ 45.884,00 encontrados em sua casa durante a operação do Gaeco e a quantia correspondente às custas do processo.

22 JAN 2014

FOLHA DE LONDRINA MAZZA

Bibinho

O Gaeco já recorreu da decisão judicial que beneficiou parcialmente o Bibinho como no caso da falsidade ideológica e também da pena estabelecida. Como o principal acusado do processo dos "diários secretos" até hoje não falou e o seu advogado limita-se a abordagens técnicas, inclusive a de que Abib Miguel é rico na condição de produtor de soja em Goiás e que isso precederia a atuação como diretor geral da Assembleia, fica-se sem o conhecimento do outro lado, afinal o contraditório.

INFORME

Mais críticas ao TSE

Agora é o Ministério Público de Contas (MPC) que cobra mudanças na resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que exige autorização judicial para investigações de crimes durante as eleições. Em nota de repúdio divulgada ontem, o MPC afirmou que não há como dissociar a resolução "das pretensões da famigerada PEC 37, fortemente rejeitada pela sociedade brasileira".

22 JAN 2014

FOLHA DE LONDRINA

Oswaldo Militão



Diretor geral do Fórum de Londrina, eleito pela segunda vez, o doutor Mauro Henrique Veltrini Ticianelli é juiz titular da 1ª Vara de Família e é também Corregedor do Foro Extrajudicial, isto é, dos cartórios e tabelionatos da cidade. E é muito estimado pelos seus colegas de magistratura e por todos que com ele tem contato e o conhecem. Nascido em Londrina, formou-se em Direito pela UEL e está na magistratura há 17 anos, dos quais 10 em Londrina. É filho de Darci Veltrini Ticianelli e do professor e jornalista Mauro Ticianelli, que foi professor dele na Universidade Estadual de Londrina e que tem recebido muitos elogios sobre Mauro Henrique, pelo seu trabalho à frente do Fórum e da 1ª Vara de Família. O jovem magistrado é casado com a psicóloga Priscila Pereira Ticianelli, que é filha do ex-juiz em Londrina Nelson Batista Pereira, meu excelente colega de turma na Faculdade Estadual de Direito de Londrina.

22 JAN 2014

FOLHA DE LONDRINA

População carcerária

aumenta 30% em cinco anos

No Paraná, número de presos nas penitenciárias e distritos policiais subiu 27% desde 2005

Viviani Costa

Reportagem Local

Londrina - O aumento expressivo da população carcerária brasileira é um dos problemas citados no Relatório Mundial sobre Direitos Humanos divulgado ontem pela ONG Human Rights Watch (HRW). Especialistas de vários países analisaram números oficiais repassados por entidades, organizações não governamentais e órgãos públicos. No caso do Brasil, o destaque negativo ficou para o setor da segurança pública. O relatório menciona as condições precárias das carceragens, casos de tortura e de maus-tratos e condutas policiais consideradas abusivas.

Conforme dados do Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (InfoPen), do Ministério da Justiça, o número de presos no Brasil aumentou em 30% nos últimos cinco anos. O cenário em dezembro de 2012 era de meio milhão de adultos nas delegacias e penitenciárias do Brasil e mais de 20 mil adolescentes que cumpriam medidas socioeducativas. Aproximadamente, 200 mil presos aguardavam julgamento.

Os dados referentes ao Paraná não foram citados de forma específica no relatório. Porém, de acordo com o InfoPen, houve um crescimento de 27%

Meio milhão de adultos detidos nas delegacias e penitenciárias

no número de detentos nos distritos e penitenciárias do Estado. Em dezembro de 2005, eram 18.409 detentos. Sete anos depois, no final de 2012, a quantidade saltou para 23.550 presos, desconsiderando os que cumprem pena em regime aberto. Segundos dados da Secretaria de Justiça do Paraná, a população carcerária hoje é de 28.500 presos.

A superlotação nos presídios é considerada grave pelos especialistas. O documento divulgado nesta terça-feira também cita execuções extrajudiciais cometidas por policiais, tortura e impunidade para abusos cometidos durante o regime militar (1964-1985) como "grandes desafios relacionados aos direitos humanos". Segundo o relatório, "alguns policiais brasileiros se envolvem em práticas abusivas e permanecem impunes" numa tentativa de controlar os índices de criminalidade.

Entre os exemplos lembrados pela ONG HRW estão a elaboração de falsos boletins de ocorrência, uso de meca-

nismos para acobertar crimes e agressões contra as pessoas que participaram dos protestos realizados em 2013. "Em vários incidentes, policiais usaram gás lacrimogênio, spray de pimenta e balas de borracha contra manifestantes de forma desproporcional", relata o documento.

O Paraná foi lembrado pelo Caso Tayná, em que agentes de segurança pública foram denunciados por terem supostamente torturado quatro homens que confessaram a responsabilidade pelo o estupro e assassinado da adolescente Tayná Adriane da Silva, de 14 anos, em Colombo (Região Metropolitana de Curitiba), no ano passado.

Ao verificar as estatísticas do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o relatório considera que "1.890 pessoas morreram em confronto com policiais em serviço no Brasil em 2012. É uma média de cinco pessoas por dia". Porém, os especialistas observam que "nem todas as mortes ocorridas resultam do uso legítimo de força" e não há punições para grande parte das autoridades envolvidas.

CONTINUA

22 JAN 2014

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

O presidente do Instituto de Criminologia e Política Criminal (ICPC), Juarez Cirino dos Santos, garante que a única forma de melhorar os índices relacionados à segurança pública é "investir na democracia". "Mais polícia, mais juízes, mais promotores, não adianta. Quanto mais prisões criarmos, mais vamos encher. A única resposta é a democracia real com o oferecimento de condições de vida digna para a população", declarou.

Conforme Santos, a população carcerária no Brasil cresceu seis vezes em um período de 20 anos. "Este é o maior crescimento populacional no setor no mundo. Os EUA tem 2 milhões de presos. Lá o crescimento foi de cinco vezes em 30 anos", ressaltou.

A Secretaria de Justiça do Paraná pretende criar mais de 8 mil vagas no sistema penitenciário nos próximos anos. Hoje, a defasagem ultrapassa 4 mil vagas, considerando a superlotação nos distritos policiais.

22 JAN 2014

FOLHA DE LONDRINA

Suspeito tem prisão preventiva decretada

Londrina - Juarez Ricardo dos Santos, preso em flagrante na segunda-feira pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), por falsificar documentos públicos, teve a prisão preventiva decretada ontem pelo juiz Luiz Gonzaga Tucunduva de Moura, da 2ª Vara Cível. O acusado foi detido em seu escritório, onde foram encontrados dezenas de carimbos de instituições públicas e particulares, que eram utilizados nas falsificações, além de outros materiais.

O homem foi preso após denúncias de que candidatos ao concurso da Secretaria Municipal de Saúde estariam apresentando certificados e diplomas falsos para a obtenção de pontos na classificação na prova de títulos. De posse da informação, o próprio secretário municipal de saúde, Mohamad El Kadri, fez uma denúncia no Ministério Público (MP), que cumpriu mandado de busca e apreensão no escritório do falsário.

Santos chegou a confessar que teria feito algumas falsificações, mas não afirmou se teria realizado fraude para algum candidato do concurso. O advogado dele, Sebastião Domingues da Luz, disse que vai pedir a revogação da prisão preventiva. "Se o pedido for negado, vamos entrar junto ao Tribunal de Justiça. Não há necessidade de Santos ficar preso, independentemente da gravidade do crime", declarou.

O secretário reafirmou que não haverá nenhum cancelamento ou mudança na homologação do concurso, prevista para o dia 4 de fevereiro. Segundo ele, todos os títulos serão conferidos individualmente, incluindo de outros Estados, a fim de constatar a autenticidade dos documentos.

22 JAN 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

População carcerária

cresce quase 30% em cinco anos

O aumento dos presos representa 43%
da capacidade do sistema prisional do país

A população carcerária do país cresceu quase 30% nos últimos cinco anos, aponta o Relatório Mundial sobre Direitos Humanos, divulgado hoje (21) pela organização não governamental Human Rights Watch (HRW). O número de adultos encarcerados é superior a meio milhão de pessoas, o que supera em 43% a capacidade do sistema prisional. Além disso, 20 mil adolescentes cumprem medidas socioeducativas com privação de liberdade. Os dados destacados no documento são do Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (InfoPen), do Ministério da Justiça.

Na avaliação da entidade, os atrasos no sistema de Justiça contribuem para a superlotação. Quase 200 mil presos aguardam julgamento. O estado do Piauí tem a maior taxa do Brasil, onde 66% dos presos são provisórios. Além do número excessivo de encarcerados, a falta de saneamento facilita a propagação de doenças. A HRW aponta que o acesso dos presos à assistência médica continua inadequado.

A tortura em delegacias e centros de detenção é considerada um problema crônico pela organização. O documento relembra o caso de agentes de Segurança Pública do Paraná que foram denunciados

criminalmente por espancamento, sufocamento e aplicação de choques elétricos a quatro homens. Segundo a denúncia, os policiais queriam forçá-los a confessar o estupro e o assassinato de uma menina de 14 anos, em julho do ano passado.

A entidade considera positiva a criação do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, em agosto do ano passado. O mecanismo será formado por 11 peritos com poderes para fazer visitas periódicas a estabelecimentos civis e militares nos quais pessoas são privadas de liberdade.

O documento destaca ainda a preocupação expressa pelo Grupo de Trabalho da ONU (Organização das Nações Unidas) sobre Detenção Arbitrária, em março de 2013, em relação a longos períodos de prisão provisória e à falta de assistência jurídica pública para os detentos.

Esta é a 24ª edição do Relatório Mundial sobre Direitos Humanos, que avalia as práticas adotadas em mais de 90 países. No capítulo que trata do Brasil, além das condições carcerárias, são analisadas ainda as mortes de policiais, a violência de gênero, os direitos trabalhistas, a violência no campo, a liberdade de expressão e informação, além da política externa do país na área de direitos humanos.

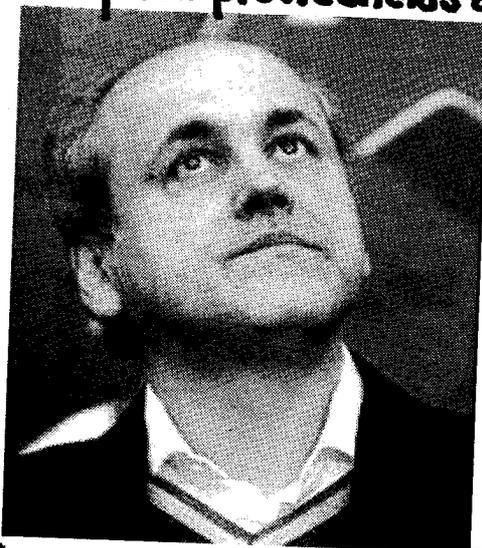
22 JAN 2014

JORNAL DO ÔNIBUS

Empresário acusa assessor de Fruet de assédio sexual

Ofendido pretende pedir providências ao prefeito

Uma forte denúncia envolvendo um integrante do primeiro escalão da Prefeitura de Curitiba certamente irá agitar o gabinete de Gustavo Fruet e o meio político, neste ano de eleição. Um conhecido empresário do ramo da gastronomia revelou a amigos íntimos um profundo mal estar e um desejo de vingança contra um assessor do prefeito, que teria assediado sua mulher, abusando de uma relação de confiança que mantinha com a família.



O assessor de Fruet ainda não teve a identidade revelada

O que estava em segredo pode chegar aos tribunais uma vez que o empresário ofendido pelo assessor já buscou orientação de advogados para promover uma representação criminal contra o agressor de sua esposa. A única circunstância que pode ajudar o asses-

sor do prefeito é o temor da exposição pública do caso.

Para evitar maiores consequências, alguns amigos sugeriram ao casal levar o assunto ao conhecimento do prefeito, pedindo providências contra a atitude ilegal e imoral de seu assessor, evitando as-

sim que o tema ganhe as páginas policiais e chegue à Justiça. Caso não haja uma resposta à altura de parte do prefeito, o empresário pediria segredo de Justiça no processo, buscando a punição do ofensor de sua esposa, hoje um inimigo mortal.

Prefeitura não responde

A reportagem do Jornal do Ônibus tentou um contato com o secretário municipal de Comunicação Social, Gladimir Nascimento, mas ele não retornou a ligação. Espera-se novos desdobramentos nos próximos dias.

22 JAN 2014

BEMPARANÁ

Assembleia

MP quer pena maior para ex-diretor

O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) de Curitiba apresentou, na segunda-feira, recurso de apelação à decisão da 9ª Vara Criminal de Curitiba, que condenou o ex-diretor-geral da Assembleia Legislativa, Abib Miguel, o "Bibinho" à pena de 18 anos, 11 meses e 20 dias em regime fechado pelos crimes de peculato, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro, além de multa. A decisão, publicada no último dia 9, absolveu o ex-diretor da acusação de falsidade ideológica.

A intensão do Ministério Público com o recurso é re-discutir a absolvição por falsidade ideológica e aumentar a pena. O recurso do MP-PR será analisado pelo Tribunal de Justiça.

Bibinho em decisão da juíza Ângela Regina Ramina Delucca, que julgou parcialmente procedentes as acusações apresentadas pelo Ministério Público.

A sentença foi proferida

em uma das denúncias criminais em que o ex-diretor figura como réu, e está relacionada à "Ectoplasma 2", operação deflagrada pelo Gaeco, em maio de 2010, no caso "Diários Secretos". As investigações do MP-PR iniciaram a partir da série de reportagens divulgada pelo jornal Gazeta do Povo e pela RPC-TV, que denunciou esquema que teria desviado R\$ 200 milhões da Assembleia através da contratação de funcionários fantasmas.

A sentença também prevê que ex-diretor da Alep pague multa, as custas do processo e perca cerca de R\$ 46 mil encontrados em sua residência durante a operação do MP. Pela decisão, Bibinho poderá recorrer em liberdade até o julgamento final do caso.

Abib Miguel responde, ainda, a outra denúncia criminal, em que é acusado pelos mesmos crimes, porém, envolvendo outro grupo supostamente beneficiado pelo esquema.

Bibinho e MP recorrem

O Ministério Público do Paraná e o ex-diretor geral da Assembleia Legislativa, Abib Miguel, o Bibinho, recorreram da decisão da juíza Ângela Ramina, da 9ª Vara Criminal de Curitiba, que condenou Bibinho a quase 20 anos de prisão, pelos crimes de desvio de dinheiro, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro. O MP recorreu à Justiça porque o ex-diretor foi absolvido da denúncia de falsidade ideológica. Se o recurso for aceito, a pena pode aumentar. Já os advogados de Abib Miguel entraram com recurso para tentar anular a decisão da juíza. Um dos argumentos é que Bibinho prestou depoimento sem a presença de advogado.

22 JAN 2014

BEMPARANÁ

Shoppings de Curitiba não entrarão na Justiça contra "rolezinhos"

Redes sociais continuam com convocação para novos encontros, **embora** a adesão ainda não seja como em outras capitais no País

Ana Ehler

A onda dos "rolezinhos" marcados pelas redes sociais para acontecer nos shoppings de Curitiba, levou o setor a se reunir, ontem. A questão reuniu onze dos maiores shoppings de Curitiba na sede do Sindicato dos Lojistas de Shoppings de Curitiba (Sindishopping). A decisão foi de que nenhum shopping irá entrar com ações na Justiça para impedir a realização de qualquer manifestação do gênero.

"Nenhum shopping de Curitiba vai impedir a entrada das pessoas, sejam elas quem forem", afirmou o presidente do Sindishopping, Érico Morbis. Ele ressaltou que os estabelecimentos preferem adotar o bom senso para resolver qualquer situação que envolva a presença de grupos, desde que de forma pacífica. Mas reiterou que abuso ou risco para os clientes e patrimônio serão coibidos.

Na reunião de ontem ficou ainda definido que entre as medidas que serão adotadas pelos shoppings da capital

paranaense por meio do Sindishopping, estão o estreitamento das relações com a Associação Comercial do Paraná (ACP), a solicitação de um encontro com o secretário de Segurança do Paraná, Cid Vasques, além do reforço da segurança privada, mas sem ação de caráter policial.

"Vamos levar a proposta dessa campanha para a ACP que é nossa parceira em diversas ações. O objetivo é esclarecer à população os valores importantes que envolvem a garantia tanto dos lojistas quanto dos consumidores", resume Morbis.

Os lojistas afirmam que a segurança será reforçada em

caráter preventivo. Morbis disse que os funcionários que atuam neste setor dos shoppings são orientados a ter ações operacionais de proteção ao patrimônio, trabalhadores e clientes. "Para qualquer ação que exija repressão, a polícia será acionada", afirmou o presidente do Sindishopping.

Baixa adesão — Apesar de serem diversas as convocações pelas redes sociais, a onda dos "rolezinhos" ainda não ingrenou em Curitiba. O evento marcado para o último domingo no Palladium, por exemplo, praticamente não aconteceu. Para o evento agendado para ocorrer hoje, às 18h30, no Mueller, até o fim da tarde de ontem havia a confirmação de 89 pessoas. Já o evento, agendado para o domingo, dia 26, no Pátio Batel, contava com a confirmação de 413 pessoas.

"Preferimos sempre optar pelo bom senso, com diálogo e sem violência. Foi assim em outras situações e não será diferente agora. Nenhum shopping de Curitiba vai impedir a entrada das pessoas, sejam elas quem forem"

do presidente do Sindishopping, Érico Morbis, lembrando de eventos há alguns anos nos shoppings Palladium e Estação, que chegaram a enfrentar situações de tumulto com a presença de grupos nos estabelecimentos, mas que foram resolvidos com o bom senso.

Advogados alegam que governo do PR sacou dinheiro que era de seus clientes

OAB recebe reclamações de pessoas com direito a depósitos judiciais que, ao tentar receber a verba, foram informadas que o estado havia zerado a conta. CNJ proibiu essa prática

Euclides Lucas Garcia

Advogados do Paraná que representam clientes com direito a receber depósitos judiciais de natureza não tributária alegam que foram informados pela Caixa Econômica Federal que o governo do estado sacou os recursos no fim do ano passado. A medida é ilegal e está proibida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Além dessa acusação de irregularidade, o Executivo paranaense deixou de repassar ao Tribunal de Justiça (TJ) a parcela de 2% das receitas referente a dezembro para o pagamento de precatórios, mesmo já tendo em mãos — legalmente — os depósitos judiciais tributários — que, por lei, devem ser usados para essa finalidade. Ou seja, os recursos foram gastos com outro fim. O governo também movimentou os recursos dos

depósitos judiciais na Caixa antes de estar sancionada a lei estadual que regulamentou o acesso ao dinheiro.

Depósitos não tributários são aqueles que não dizem respeito a disputas jurídicas relacionadas a impostos e que, muitas vezes, não envolvem nem sequer o Estado. Eles precisam ser depositados em uma conta para que sejam retirados apenas quando a briga judicial entre as partes chegar ao fim e não couber mais recursos. Enquanto isso, o montante fica parado na Caixa, sob responsabilidade do TJ. Estima-se — informalmente — que possa haver até R\$ 6 bilhões em depósitos de natureza não tributária no Paraná.

Ao longo de todo o ano passado, o governo do estado tentou ter acesso a esses recursos, mas foi proibido pelo CNJ a pedido da seccional do Paraná da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR). No entendimento do conselho, além de não haver previsão legal para isso, não existe garantia de que o dinheiro seria devolvido e não havia como converter a verba em fonte de recursos para investimentos públicos.

Além disso, recentemente a Procuradoria-Geral da República pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) que

anule uma lei estadual do Rio de Janeiro que permitia o uso de depósitos não tributários para o pagamento de precatórios. Para o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, a lei fluminense caracterizava “empréstimo compulsório velado” e “apropriação do patrimônio alheio”.

Legalidade

Segundo advogados paranaenses, porém, o governo estadual ignorou todos esses precedentes e, em 19 de dezembro, teve acesso aos depósitos tributários e não tributários. Isso porque, ao vencerem ações de clientes na Justiça e tentarem sacar os recursos na Caixa, eles encontraram as contas zeradas. Num caso envolvendo um escritório de Curitiba, por exemplo, um cidadão de São Mateus do Sul foi retirar em torno de R\$ 57 mil de uma ação não tributária, por desapropriação, contra o Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná (DER-PR), que tramitava há quase 30 anos. Porém, não havia dinheiro.

CONTINUA

22 JAN 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Os advogados revelam ainda que funcionários da própria Caixa relataram que a listagem apresentada ao banco pelo governo estadual, que continha a homologação do TJ, não diferenciava depósitos tributários dos não tributários.

Com base nessa e em dezenas de outras reclamações semelhantes de advogados de todo o estado, a OAB paranaense enviou um ofício à Superintendência Regional da Caixa na última segunda-feira, em que cobra explicações do banco. "Solicito cópias da relação das contas judiciais que tiveram os valores levantados pelo estado do Paraná e do número do convênio firmado para regular a operação, bem como seja informado se existe fundo de reserva para garantir os pagamentos devidos", escreve no ofício o presidente da OAB-PR, Juliano Breda.

"Não foi um problema pontual de um lugar. Recebemos requerimentos de advogados de diferentes comarcas. E, evidentemente, consideramos o fato muito sério", afirma Breda. "Como tem feito desde o início, a Ordem vai fiscalizar centavo a centavo o cumprimento da lei no que se refere aos depósitos judiciais." Breda revelou já ter solicitado uma reunião de urgência com o desembargador Guilherme Luiz Gomes, presidente do TJ, ainda nesta semana.

CONTINUA

22 JAN 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

CONTA ZERADA

O caso de um advogado cujo cliente pleiteava uma indenização, desde 1987, por desapropriação contra o DER do Paraná ilustra a situação em que o dinheiro de depósitos não tributários teria sido sacado ilegalmente pelo governo do estado.

IU44 Sistema de Informacoes Unificadas
CAIXA-SIUNI Consulta Conta

CAIXA ECONOMICA FEDERAL | LINHA AZUL | AUTO ATENDIMENTO | 17/01/2014

>> P/ EXTRATO ALEM PERIODO INFORMADO, INFORME AS DATAS | EXTRATO

AG: SAO MATEUS DO SUL OPER: CONTA: 0001 / 0001
 PERIODO: 01112013 ATE: 23122013 CGC: 00000000000000000000

NAME: NONE

DATA MOV	NR.DOC	HISTORICO	VALOR	SALDO
29/11/2013	131128	REM BASICA	13,20 C	62.693,63 C
29/11/2013	000000	CRED JUROS	318,47 C	64.012,10 C
23/12/2013	000000	DEB. AUTOR.	64.261,80 D	249,70 D
23/12/2013	131220	REM BASICA	22,64 C	227,06 D
23/12/2013	000000	CRED JUROS	227,06 C	0,00

SLD.EM 16/01/2014 R\$ 0,00

IU44 Sistema de Informacoes Unificadas
CAIXA-SIUNI Consulta Conta

CAIXA ECONOMICA FEDERAL | LINHA AZUL | AUTO ATENDIMENTO | 17/01/2014

>> P/ EXTRATO ALEM PERIODO INFORMADO, INFORME AS DATAS | EXTRATO

AG: SAO MATEUS DO SUL OPER: CONTA: 0001 / 0001
 PERIODO: 01112013 ATE: 23122013 CGC: 00000000000000000000

NAME: NONE

DATA MOV	NR.DOC	HISTORICO	VALOR	SALDO
29/11/2013	131128	REM BASICA	13,20 C	62.693,63 C
29/11/2013	000000	CRED JUROS	318,47 C	64.012,10 C
23/12/2013	000000	DEB. AUTOR.	64.261,80 D	249,70 D
23/12/2013	131220	REM BASICA	22,64 C	227,06 D
23/12/2013	000000	CRED JUROS	227,06 C	0,00

SLD.EM 16/01/2014 R\$ 0,00

Repare que no dia 29 de novembro, o saldo era de **R\$ 64 mil**

No entanto, quando o valor da causa seria sacado, em 23 de dezembro, o saldo era de **R\$ 0,00**

Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

DEPÓSITOS TRIBUTÁRIOS

Verba foi acessada antes da lei que regulamentou o assunto entrar em vigor

A regulamentação do acesso aos depósitos judiciais de natureza tributária por parte do governo do Paraná, prevista no projeto 695/13, foi aprovada pela Assembleia Legislativa em 10 de dezembro. A proposta cumpria uma exigência da Lei Federal 11.429, de 2006, que determina que os estados devem estabelecer "regras de procedimentos, inclusive orçamentários", para utilizar os recursos. A Lei Estadual 17.893 foi sancionada pelo governador Beto Richa (PSDB) em 27 de dezembro, conforme publicação em diário oficial. Sem regulamentação, porém, o Executivo foi à Caixa no

dia 23 – portanto, quatro dias antes de a lei estadual entrar em vigor – e acessou 40% dos depósitos tributários, cerca de R\$ 160 milhões. Em nota, o governo alegou que os recursos foram transferidos com base na legislação federal, em decisão do CNJ e conforme convênio firmado com o TJ e a Caixa Econômica. Disse ainda que, embora não fosse obrigatória, a medida já estava prevista na Lei Estadual 13.436, de 2002, que teria sido revogada pela lei atual. A revogação, porém, não está prevista na Lei 17.893, do ano passado. Já a Caixa informou que não houve irregularidade na transferência dos recursos, que seguiram contrato firmado pelo TJ em 19 de dezembro. Afirmou também que a legislação federal é que rege o contrato, não se aplicando ao caso a lei estadual. (ELG)

CONTINUA

Estado recebeu R\$ 160 mi para quitar dívidas. Mas não pagou, diz OAB-PR

Conforme decisão de 19 de dezembro, publicada no Diário da Justiça, o TJ paranaense firmou convênio com o governo do estado e a Caixa Econômica para permitir que o Executivo tivesse acesso a até 40% dos depósitos tributários — algo em torno de R\$ 160 milhões. A medida está prevista na Lei Federal 11.429, de 2006, segundo a qual os recursos só podem ser usados para o pagamento de precatórios e da dívida consolidada do estado. Segundo a Caixa, o repasse do montante ao governo foi feito no dia 23 de dezembro.

Munido desses recursos, o Executivo teria, com folga, verba para cumprir a Emenda Constitucional n.º 62, de 2009, na qual optou por repassar mensalmente 2% da sua receita ao TJ — cerca de R\$ 40 milhões — para o pagamento de precatórios (dívidas do estado reconhecidas definitivamente pela Justiça).

No entanto, segundo a Comissão de Precatórios da OAB-PR, até o último dia 16

“Mês a mês, o governo tem atrasado o repasse dos 2% [da receita destinados ao pagamento dos precatórios]. Se continuar dessa forma, a OAB irá ao CNJ exigindo que o estado cumpra com suas obrigações.”

Emerson Fukushima, presidente da Comissão de Precatórios da OAB-PR.

de janeiro o repasse não havia sido feito, o que pode impor ao estado restrições como a impossibilidade de contrair empréstimos e de receber transferências voluntárias da União.

Segundo informações obtidas pela Gazeta do Povo, o recurso teria sido usado, na verdade, para garantir o pagamento da folha do funcionalismo de dezembro (R\$ 1,2 bilhão), que ocorreu no dia 30. “Mês a mês, o governo tem atrasado o repasse dos 2%. Se continuar dessa forma, a OAB irá ao CNJ exigindo que o estado cumpra com suas obrigações”, diz Emerson Fukushima, presidente da Comissão de Precatórios da OAB-PR.

Ele afirma ainda que mais de R\$ 1 bilhão está parado, sem explicação, na conta especial de precatórios, administrada pelo TJ. O temor, segundo Fukushima, é que o tribunal ingresse no chamado caixa único do Executivo estadual, em vigor desde maio do ano passado, e esse montante — bem como todos os recursos do Judiciário — passem às mãos do governo, que poderia geri-los como julgar necessário. “A fila de pagamento de precatórios não está avançando. Por que manter um valor tão elevado praticamente parado? Exigimos que esse R\$ 1 bilhão seja liquidado o mais rápido possível”, afirma Fukushima. (ELG)



CONTINUA

22 JAN 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

OUTRO LADO

Administração estadual nega que tenha sacado dinheiro de terceiros

Por meio de nota, o governo do Paraná afirmou que "não se apropriou de outros depósitos que não sejam de natureza exclusivamente tributária, nos termos autorizados pelo TJ e pela Caixa". Também alegou ter utilizado os recursos apenas nos termos autorizados por lei federal e pelo CNJ, para pagar a dívida consolidada do estado e precatórios. O texto diz ainda que o Executivo não deu qualquer outra destinação a essa verba, "muito menos para pagamento de folha de dezembro". Por fim, in-

formou que, dos cerca de R\$ 150 milhões levantados com os depósitos, repassou R\$ 80 milhões ao TJ para pagar precatórios referentes a dezembro e janeiro e, com o restante, saldou compromissos da dívida do Estado. A Comissão de Precatórios da OAB-PR, porém, não tem informações oficiais do TJ de que as duas parcelas tenham sido pagas. Também em nota, a Caixa disse que efetuou os repasses dos depósitos tributários "em total conformidade" com o contrato firmado entre TJ e governo do estado e respeitando a lei. O banco alegou que o próprio contrato prevê que a

Caixa realize as transferências de acordo com relação apresentada pelo Executivo e homologada pelo TJ, "fiscando a Caixa isenta de qualquer responsabilidade por eventuais inconsistências". Por fim, argumentou que, caso seja detectado o repasse irregular de depósitos não tributários, notificará o governo para devolver os valores em até 48 horas. Já o CNJ afirmou apenas não ter conhecimento de irregularidades e disse aguardar ser comunicado pelas partes interessadas para "analisar as providências cabíveis". O Tribunal de Justiça não se pronunciou sobre o assunto. **(ELG)**

Ministério Público recorre ao TJ para aumentar a pena de Bibinho

Ex-diretor da Assembleia foi condenado a quase 19 anos de prisão por desvio de verba pública, formação de quadrilha e lavagem de dinheiro. Mas foi absolvido do crime de falsidade ideológica

Angeli Maros e
Euclides Lucas Garcia

O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público do Paraná (MP) entrou com recurso para contestar a absolvição do ex-diretor-geral da Assembleia Legislativa do Paraná Abib Miguel, o Bibinho, da acusação de falsidade ideológica. Em decisão divulgada na semana passada, a juíza Ângela Regina Ramina de Lucca, da

"Da mesma maneira que eu não estou satisfeito com a decisão que condenou, eles [MP] não estão satisfeitos com a decisão que absolveu [Bibinho] nessa parte."

Eurolino Reis, advogado de Bibinho.

9.^a Vara Criminal de Curitiba, condenou Bibinho a 18 anos e 11 meses de prisão por peculato (apropriação de dinheiro público da Assembleia), formação de quadrilha e lavagem de dinheiro por meio do esquema de corrupção que ficou conhecido como escândalo dos Diários Secretos. Mas o ex-diretor foi absolvido do crime de falsidade ideológica.

O recurso de apelação do Gaeco foi apresentado na segunda-feira ao Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR). Em nota, o MP informou que a pretensão da apelação é re-discutir a absolvição na segunda instância judicial para aumentar a pena de Bibinho. O Ministério Público não deu mais detalhes a respeito do recurso.

O advogado de Bibinho, Eurolino Reis, disse que a apelação do MP faz parte do "espírito processual". "Da mesma maneira que eu não estou satisfeito com a decisão que condenou, eles [MP] não estão satisfeitos com a decisão que absolveu [Bibinho] nessa parte", disse Reis.

Na sexta-feira passada, a defesa de Bibinho entrou com embargos de declaração para esclarecer pontos da decisão da juíza que o condenou. Como a decisão é de primeira instância, o ex-diretor da Assembleia pode recorrer da sentença em liberdade.

Histórico

Bibinho é acusado pelo MP de chefiar a quadrilha que desviou pelo menos R\$ 200 milhões dos cofres da Assembleia. O escândalo, revelado há quase quatro anos em uma série de reportagens da *Gazeta do Povo* e da RPCTV, consistia no desvio de dinheiro do Legislativo por meio da contratação de servidores fantasmas e laranjas. Essas contratações eram ocultadas da sociedade por meio da edição de diários oficiais secretos. Desse modo, a sociedade não sabia que os funcionários que não trabalhavam recebiam salário da Assembleia. Segundo denúncia do MP, parte dos vencimentos deles era repassada aos chefes e operadores do esquema.

A *Gazeta do Povo* errou ontem ao informar, na reportagem "Advogado de Bibinho entra com recurso contra a condenação", que o ex-diretor-geral da Assembleia Legislativa do Paraná Abib Miguel é dono de uma fazenda em Goiás desde 2006. Segundo o advogado de Bibinho, Eurolino Reis, a propriedade está no nome de seu cliente desde abril de 1976.

CORREÇÃO

Abib Miguel é dono de fazenda em Goiás desde 1976, e não 2006

» AVALIAÇÃO

Para ONG, tortura policial é problema crônico no país

O relatório anual do Observatório de Direitos Humanos (ONG que leva o nome *Human Rights Watch* em inglês), divulgado ontem, destaca a situação caótica que vive o sistema carcerário no Brasil e classifica a tortura como sendo um problema “crônico” no país. De acordo com o levantamento, as taxas de encarceramento cresceram mais de 30% ao longo de cinco anos e agora a população carcerária supera mais de meio milhão de pessoas — 43% acima da capacidade.

No capítulo sobre o Brasil, o ODH destacou ainda as péssimas condições do sistema que, em função da superlotação, facilita a proliferação de doenças. “A lotação e a carência de infraestrutura facilitam a proliferação de doenças e o acesso médico aos prisioneiros é inadequado”, diz o relatório.

Os casos de intimidação por meio de abusos e outros meios de tortura são “corriqueiros e constantes” e já haviam sido verificados pelo subcomitê de prevenção a tortura da Nações Unidas.

O material publicado pelo ODH ainda lembrou o caso da jovem Tayná, no Paraná. De acordo com a publicação, em julho de 2013 policiais bateram, sufocaram e aplicaram choques elétricos em quatro homens para que eles confessassem o estupro e a morte da garota de 14 anos.

A única exceção, apontada pelo relatório, aconteceu no julgamento do caso do Carandiru. Em agosto, 48 policiais foram condenados pela participação na morte de 111 detentos no presídio em 1992.

Outros tópicos

O levantamento feito pelo ODH ainda expõe outros pontos ligados aos direitos humanos, como a questão da liberdade de expressão, os direitos trabalhistas e a acesso à informação. De uma maneira geral, o país é visto como uma democracia influente e que recentemente se tornou uma “importante voz no debate internacional sobre direitos humanos”.

O estudo ainda lembrou os protestos de junho, quando centenas de pessoas foram às ruas contra a má qualidade dos serviços públicos e os gastos excessivos da Copa do Mundo. Para a ONG, em vários casos, houve excesso por parte da polícia, com reações “desproporcionais”.

IMPUNIDADE

A ONG HRW também diz que a impunidade é o principal motivo para a violação dos direitos humanos no Brasil. “Enquanto os agentes [da violência] tiverem a noção de que nunca serão responsabilizados de fato, todas as execuções, as mortes e as torturas permanecerão”, disse a diretora da ONG no país, Maria Laura Canineu.

22 JAN 2014

MARANHÃO

Preso é encontrado enforcado no presídio de Pedrinhas

Um detento foi encontrado enforcado no início da manhã de ontem na Central de Custódia de Presos de Justiça (CCPJ) de Pedrinhas, no Maranhão. Segundo o vice-presidente do Sindicato dos Agentes Penitenciários do estado, o preso foi identificado como Jô de Sousa Nojosa. Ele estava preso há dois meses depois que foi flagrado levando maconha e uma arma branca para dentro do presídio. Este é o terceiro assassinato ocorrido em Pedrinhas este ano, depois que a Força Nacional e a Polícia Militar ocuparam o presídio. Pedrinhas é considerado o complexo penitenciário mais violento do país. Em 2013, foram registrados 60 assassinatos no local, seis deles com as vítimas decapitadas. Em nota, o governo do Maranhão informou que “o preso morreu por enforcamento com uma ‘teresa’ e que “somente após a perícia vai ser possível apontar as circunstâncias da morte”. No domingo, nove presos suspeitos de participar de ataques em São Luís foram transferidos para Campo Grande, no Mato Grosso do Sul.

» DIREITOS HUMANOS

Tráfico de pessoas movimentada US\$ 30 bi

No país, quase 500 brasileiros foram traficados entre 2005 e 2011. Igreja vai incentivar denúncia ao usar o tema na Campanha da Fraternidade

PONTA GROSSA

Maria Gizele da Silva, da sucursal

O tráfico de pessoas é considerado o segundo crime mais praticado no mundo, atrás apenas do tráfico de drogas. A estimativa da Organização das Nações Unidas (ONU) é que o tráfico humano movimentou US\$ 30 bilhões e vitimou três milhões de pessoas a cada ano. No Brasil, entre os anos de 2005 e 2011, 475 brasileiros — a maioria mulheres — foram traficados, segundo o Ministério da Justiça. Para incentivar as pessoas a denunciarem esse tipo de crime e discutir as políticas públicas vigentes, a Igreja Católica usará o tema na Campanha da Fraternidade, que será lançada em março.

A ideia surgiu em 2011 em um encontro de bispos que receberam propostas de agentes pastorais que trabalham com a temática. O tráfico de pessoas ganhou repercussão com a telenovela *Salve Jorge*, exibida pela Rede Globo entre outubro de 2012 e maio de 2013. O assunto motivou ainda a formação da Comissão Parlamentar de Inquérito do Tráfico de Pessoas, que começou a trabalhar em maio de 2012 e apresentou relatório preliminar em dezembro de 2013.

Em agosto do ano passado foi realizada uma capacitação de representantes regionais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) para a campanha. Ela começa dia 5 de março e termina dia 13 de abril. Por 40 dias, o tema será discutido nas paróquias e lembrado nas missas. “Precisamos edificar a sociedade colocando a vida, em suas diversas manifestações, no centro das preocupações e atenções, em que cada um se sinta corresponsável pelas condições de vida do outro”, lembra o padre Luiz Carlos Dias, assessor executivo da CNBB.

Subnotificação

A iniciativa da CNBB ao discutir o tema se justifica pela subnotificação do crime. “O crime é subnotificado porque está travestido de uma suposta boa ação”, aponta o presidente da CPI do Tráfico de Pessoas, deputado federal Arnaldo Jordy (PPS/PA). Ele lembra que o tráfico está atrás de propostas de emprego em agências de modelo no exterior, nas escolinhas de futebol de times internacionais e na adoção de crianças carentes por famílias estrangeiras em boas condições financeiras. “Parte das listas de desaparecimentos tem pessoas que foram traficadas”, opina.

O tráfico humano se dá por situação de ameaça ou coação à pessoa traficada, conforme a definição do Protocolo de Palermo, assinado em 2003 pela ONU. As vítimas são, geralmente, mulheres. A Secretaria de Políticas para as Mulheres identificou que 90,7% das denúncias feitas ao telefone 180 envolviam vítimas do sexo feminino.

No primeiro semestre de 2013 — dado mais recente da Secretaria — houve 263 denúncias de tráfico humano pelo telefone 180. No mesmo período do ano anterior, o serviço registrou apenas 17 denúncias. Para agilizar a investigação, desde 2008, os casos denunciados são repassados diretamente à Polícia Federal (PF). Assim, no segundo semestre de 2012, 40 mulheres traficadas foram resgatadas pela PF.

CONTINUA

22 JAN 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

PUNIÇÃO

**CPI quer endurecer
legislação e prepara
relatório para março**

A CPI do Tráfico de Pessoas pretende concluir o relatório final em março. Uma cópia será apresentada à presidência da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que debaterá o tema na Campanha da Fraternidade. Até final de abril, a expectativa é de que o Congresso vote alterações na atual legislação sobre tráfico de pessoas.

O Código Penal define como tráfico humano apenas o tipo de crime que alicia pessoas para a exploração sexual. Quem o pratica pode ficar até cinco anos preso, mas a intenção é aprovar o aumento da pena para oito anos. O texto preliminar da CPI defende alterações em sete leis vigentes, incluindo o Código Penal, o Código de Processo Penal, a Lei Pelé e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A proposta da CPI, conforme o presidente Arnaldo Jordy (PPS/PA), é incluir na definição de tráfico humano as modalidades de tráfico para trabalho escravo, para remoção de órgãos humanos e adoção ilegal. Em março de 2013, 29 cidades paranaenses entraram na pauta da CPI devido à suspeita de adoção ilegal de crianças por famílias estrangeiras que supostamente pagavam pelo processo.

Apesar da parceria entre a

Secretaria de Políticas para as Mulheres e a Polícia Federal, o deputado Jordy lembra que qualquer polícia – estadual ou federal – tem atribuição de investigar denúncias de tráfico humano. “É preciso que o estado brasileiro melhore o aparato das polícias para combater o tráfico de pessoas”, aponta. Em paralelo ao trabalho da CPI, o Ministério da Justiça lançou o 2º Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no ano passado. Foi criado o Grupo Interministerial de Monitoramento e Avaliação do 2º Plano Nacional, que deve implementar 115 metas no prazo de dois anos, entre elas a consolidação de núcleos estaduais de combate ao tráfico humano.

22 JAN 2014

GAZETA DO POVO

Polícia do Paraná está “na pendura” desde outubro

Governo atrasou repasse de R\$ 4,7 milhões a delegacias. Para trabalhar, titulares e policiais compram itens do dia a dia fiado ou pagam do bolso

Felippe Aníbal

O aperto nas contas promovido pelo governo do Paraná no último trimestre de 2013 tem causado reflexos drásticos às forças policiais do estado. As mais de 450 delegacias da Polícia Civil estão operando sem recursos para manutenção desde outubro do ano passado. Sem receber os repasses do fundo rotativo — verba destinada à compra de itens básicos, como material de escritório, higiene e limpeza, combustível e comida para presos —, o pagamento a fornecedores está atrasado. Com as corporações no vermelho, delegados têm tirado dinheiro do bolso ou negociado a “pendura” das dívidas diretamente com os comerciantes.

O governo do estado confirma que a dívida soma R\$ 4,7 milhões, referentes aos meses de outubro, novembro e parte de setembro. O repasse de dezembro deve ser feito

ainda em janeiro. As despesas do fundo giram em torno de R\$ 2,5 a R\$ 3 milhões por mês. O valor destinado a cada delegacia varia de R\$ 1,3 mil a R\$ 40 mil, de acordo com o tamanho e o volume de trabalho de cada uma. As 246 delegacias localizadas em cidades que são sede de comarca recebem diretamente o dinheiro. As unidades menores recebem o recurso das comarcas a que estão vinculadas.

A Gazeta do Povo visitou delegacias e ouviu delegados de unidades especializadas, dois da região metropolitana e um do interior, além de um policial de um distrito da capital. Eles relatam que os reflexos do atraso passaram a ser sentidos de forma mais efetiva a partir de dezembro, quando credores começaram a cortar o fornecimento.

“Aqui, o serviço só não parou porque temos negociado diretamente com os comerciantes. Mas a verdade é que ninguém mais quer vender para a gente. Chega a ser constrangedor”, disse um delegado da região metropolitana.

Uma unidade especializada da elite da Polícia Civil chegou à beira do colapso. No fim do ano passado, faltaram produtos elementares ao dia a dia da unidade, como papel e cartuchos de impressora. Hoje, o delegado acumula

notas fiscais de toners comprados por ele mesmo, para não deixar o serviço parar.

“Eu cheguei ao cúmulo de não conseguir imprimir um mandado de prisão por falta de tinta na impressora. A atividade de polícia judiciária estava parada. Tirei do bolso para manter o serviço”, desabafou.

Em outra delegacia da região metropolitana, após uma rebelião de presos, o delegado também teve de comprar, com o próprio dinheiro, cadeados para fechar as celas. “Era isso ou prendê-los com arame”, ironizou. Em pleno verão, chega a faltar água mineral nos distritos. Segundo o Sindicato dos Investigadores do Paraná (Sipol), se não fossem as “vaquinhas”, os policiais estariam bebendo água da torneira.

Por meio de sua assessoria de imprensa, a Polícia Civil confirmou o atraso, mas ressaltou que não houve impacto à atividade policial no estado.

Colaborou Diego Ribeiro

CONTINUA

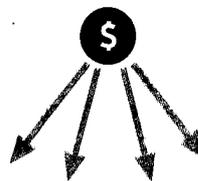
22 JAN 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

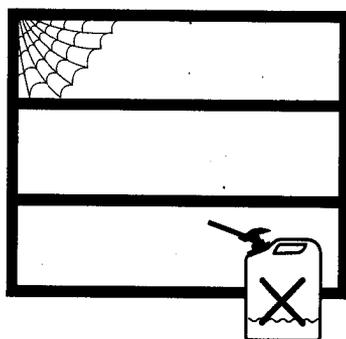
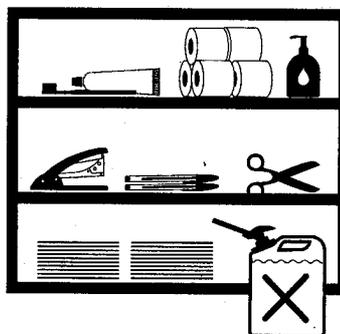
RECURSOS

O fundo rotativo foi criado em 1.992, por meio de lei estadual, para dar mais autonomia às delegacias da Polícia Civil. Entenda como funciona.



1 O dinheiro do fundo rotativo é repassado mensalmente às 246 delegacias situadas em cidades que são sede de comarca.

2 O próprio delegado administra a verba, que pode ser empregada na aquisição de produtos básicos (material de escritório e higiene), de combustível e de comida para presos, além de pequenos reparos nos prédios.



3 Com o atraso, comerciantes interromperam o fornecimento. Em algumas unidades, chegou a faltar papel e toner. Delegados têm negociado com fornecedores ou tirado dinheiro do bolso para manter o serviço.

R\$ 4,7 milhões é o valor acumulado de repasses do fundo rotativo não efetuados pelo governo às delegacias da Polícia Civil, referentes aos meses de outubro e novembro.

Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

ATRASOS

A segurança pública não é o único setor com pagamentos em atraso. Desde o fim de 2013, o governo pôs o pé no freio para fazer um pente-fino nos contratos de serviços e de obras. O governo do estado também havia atrasado o repasse de R\$ 10 milhões do convênio que mantém a integração do sistema de transporte, entre capital e região metropolitana. Em dezembro, três das principais obras de mobilidade para a Copa haviam sido paralisadas. Na área da saúde, ambulâncias do Siate também deixaram de rodar por falta de combustível.

CONTINUA

22 JAN 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

ALÍVIO

Governo diz que vai liberar dinheiro "nos próximos dias"

O governo do Paraná sinalizou com um alento às forças de segurança do estado: o dinheiro do fundo rotativo deve ser liberado "nos próximos dias". As assessorias de comunicação do governo e da Polícia Civil informaram que o atraso na liberação da verba ocorreu em razão de uma "reestruturação do fluxo de caixa" do estado, iniciada pela Secretaria de Estado da Fazenda em outubro do ano passado.

O governo nega que o atraso tenha ocorrido para garantir o pagamento do 13.º salário dos servidores estaduais. A Associação de Defesa dos Interesses dos Policiais Militares (Amai), no entanto, garante que no ano passado a Sefa justificou atrasos na liberação de verba para as unidades mencionando o 13.º.

Nos 39 batalhões da PM e 16 grupamentos do Corpo de Bombeiros os repasses foram normalizados em dezembro. Segundo a assessoria de imprensa da PM, "houve um pequeno atraso nos recursos para pronto-atendimento, mas todas as parcelas previstas foram liberadas". A nota não esclarece se os recursos mencionados são os do fundo rotativo. Um oficial da corporação afirmou que cada unidade da PM recebeu, em dezembro, R\$ 50 mil para cobrir os gastos de manutenção. A verba veio acompanhada de uma recomendação: o dinheiro deveria ser gasto integralmente, por conta de aspectos burocráticos. "Houve essa determinação, porque uma devolução acarretaria desvio de finalidade", disse o policial. Além disso, outra dívida repercute nos bastidores da PM: as promoções dos policiais não vêm sendo pagas, segundo a Amai. "Têm várias ações judiciais em andamento neste sentido. Mas esperamos que essas promoções sejam pagas até fevereiro", disse o presidente da entidade, coronel Eliseo Furquim. (FA)

CONTINUA

22 JAN 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Atrasos limitam abastecimento e deixam pátios lotados de carros

Além do impacto dentro das unidades policiais, o atraso nos repasses do fundo rotativo também tem afetado o trabalho do lado de fora dos muros das delegacias e batalhões. Por conta da contingência, o abastecimento das viaturas foi limitado a 20 litros de combustível por dia. O conserto e manutenção dos veículos também estariam prejudicados, segundo entidades que representam os policiais.

A Associação de Defesa dos Direitos dos Policiais Militares (Amai) disse que o racionamento tem feito com que menos viaturas saiam às ruas em patrulhamento. O presidente do órgão, coronel Eliseo Furquim, relata que, por isso, o ritmo do policiamento ostensivo diminuiu.

“Os pátios estão cheios de carros. O campo de futebol do 12.º Batalhão virou estacionamento”, exemplificou. “Os contratos com as terceirizadas [empresa que fazem a manutenção das viaturas] foram vencendo e não foram renovados. Estragou [a viatura], encosta”, acrescentou.

Na Polícia Civil, viaturas de delegacias de Curitiba, Londrina, Maringá, Cascavel, Foz do Iguaçu, Ponta Grossa e Guarapuava abastecem em bombas da própria corporação. Segundo o Sindicato dos Investigadores do Paraná (Sipol), a limitação no abastecimento emperra as apura-

ções e os policiais têm escolhido que casos vão investigar. “Algumas diligências deixam de ser feitas, porque esta cota [de combustível] não dá pra nada. O servidor começa a selecionar o trabalho a ser feito”, disse Roberto Ramires, presidente do sindicato.

Nas delegacias do interior (mais de 400), as viaturas enchem os tanques em postos conveniados, pagos com a verba do fundo rotativo. “Lá, só estão abastecendo porque os donos dos postos estão confiando. Mas os postos são pequenos. Aguentam três meses sem pagamento, mas não mais que isso. Há risco de cortes”, alertou o presidente do Sipol.

Por meio de sua assessoria de imprensa, a Polícia Civil informou que a cota é uma ferramenta administrativa, adotada para fins de gestão. Se necessário, as unidades podem ultrapassar a cota diária, segundo a corporação. A PM não se manifestou oficialmente.

22 JAN 2014

GAZETA DO POVO

CONSUMO

Shoppings de Curitiba não recorrerão à Justiça contra “rolezinhos”

Representantes dos shoppings de Curitiba decidiram, na manhã de ontem, que nenhum estabelecimento entrará com ações na Justiça do Paraná para impedir a realização de qualquer “rolezinho”. A reunião aconteceu no Sindicato dos Lojistas de Shoppings de Curitiba (Sindishopping). Os shoppings informaram que reforçarão a segurança privada dentro dos estabelecimentos, mas sem ações de caráter policial. O Shopping Pátio Batel, destino de dois “rolezinhos” marcados no Facebook para o próximo domingo, não consta na lista dos shoppings que enviaram representantes à reunião, divulgada pelo Sindishopping. Apesar disso, afirma que participou da reunião com a presença do seu superintendente, Michel Sarraf, que também assinou a ata com as recomendações.

SÃO PAULO

Por alagamentos, MP vai à Justiça contra prefeitura

O Ministério Público Estadual (MPE) foi à Justiça contra a Prefeitura de São Paulo para obrigá-la a resolver o problema das enchentes na cidade e a indenizar vítimas de alagamento. Um levantamento inédito da Promotoria de Habitação e Urbanismo identificou 422 pontos na cidade que sofreram ao menos quatro inundações anuais, entre os meses de novembro e abril, de 2005 a 2013. Desses pontos, 50 tiveram registros de alagamentos recorrentes por mais de três anos. A tese do promotor Maurício Ribeiro Lopes é a de que as inundações constantes dão direito a indenizações, por causa dos prejuízos causados a casas e veículos.

22 JAN 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça barra contrato de publicidade no DF

Decisão foi tomada após gestão Agnelo Queiroz propor extensão do termo; uma das três empresas recusou oferta do governo

Lígia Formenti / BRASÍLIA

A Justiça do Distrito Federal determinou cautelarmente a suspensão de contratos de publicidade firmados entre o Governo do Distrito Federal (GDF) e três empresas, no valor de R\$ 190 milhões. A decisão foi tomada dias depois de uma das agências, a Propeg, recusar a oferta de uma espécie de extensão desse mesmo contrato, que poderia lhe render R\$ 9,6 milhões este ano, por considerá-lo sem base legal.

A polêmica teve início no fim de dezembro, quando o governo Agnelo Queiroz (PT) propôs uma extensão de atividades às três empresas vencedoras de uma concorrência para prestação de serviços de publicidade para todo o governo local, incluindo a área de saúde.

Elas fariam um novo contrato, desta vez com a Secretaria de Saúde, para produzirem campanhas de utilidade pública nas áreas de prevenção de aids, dengue e atenção básica. Para essa função, as empresas poderiam repartir R\$ 13,8 milhões extras, em fatias de 15% a 70% desse total – ou seja, até R\$ 9,6 milhões.

O Ministério Público do Distrito Federal considerou a operação irregular e ingressou, na semana passada, com uma ação civil pública. O MP questionou a ausência de licitação, alegando que as empresas já estão obrigadas pelo contrato inicial a executar trabalhos na área de saúde, e condenou a injeção tão significativa de recursos na área, sobretudo em ano eleitoral.

O governo afirma que a medida é lícita, pois não seriam con-

● **Verba extra**

R\$ 13,8 mi

É o valor adicional dos contratos ofertados pelo Governo do Distrito Federal às agências de comunicação

tratos novos, mas desdobramentos do primeiro acordo. O secretário de Publicidade Institucional do Distrito Federal, André Duda, disse que o objetivo foi desbloquear verbas repassadas pelo Ministério da Saúde para a Secretaria de Saúde.

“Vivíamos um impasse. O primeiro contrato foi feito com a secretaria de publicidade. Como recursos da Saúde são carimbados, não poderiam ser transferidos para outra pasta. Ao mesmo tempo, a secretaria de saúde não está autorizada a fazer licitação”, disse.

A decisão do juiz da 3.^a Vara da Fazenda Pública, tornada pública ontem, afeta o contrato principal firmado com as três empresas. O GDF vai recorrer.

Análise. Antes do questionamento na Justiça, em 30 de dezembro, o governo convocou as três empresas ganhadoras da licitação – CCA Comunicação, Agnelo Pacheco e Propeg – para propor a extensão do contrato. As duas primeiras aceitaram de imediato. “Pedimos um tempo para analisar a oferta”, disse o diretor da Propeg, Luís Costa Pinto. Na semana passada, o departamento jurídico recomendou à empresa abrir mão do novo contrato. “A equipe entendeu que, para esse serviço, deveria ser feita uma nova licitação.”

A reação da Propeg pegou o GDF de surpresa. Ao fazer o convite, o governo havia encaminhado para publicação um extrato do novo contrato, como se ele já estivesse sacramentado, e uma ordem de empenho

de R\$ 2,08 milhões. Com a negativa da Propeg, anteontem o GDF teve de publicar o cancelamento do contrato.

Em nota, a Agnelo Pacheco informou manter o contrato com o GDF e que, entre as demandas atendidas, estão as de campanha de aids e combate à dengue. O contrato de dezembro já foi firmado. A CCA, também por nota, informou ter assinado o acordo no mês passado com a Secretaria de Saúde do GDF.

22 JAN 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Preço da autossuficiência

Tem um caráter exemplar a condenação da ex-prefeita de São Paulo e atual ministra da Cultura, Marta Suplicy, à perda de seus direitos políticos por improbidade administrativa pelo período de três anos, além do pagamento de multa no valor de cinco vezes a remuneração que recebia como prefeita, por atos praticados quando governava a capital paulista. Independentemente do desfecho final do caso – a condenada já anunciou que vai recorrer –, essa é uma decisão importante, porque se segue a várias outras que demonstram estarão os poderosos, quaisquer que sejam eles, finalmente ao alcance da Justiça.

A sentença do juiz Alexandre Jorge Carneiro da Cunha Filho, da 1.^a Vara da Fazenda Pública – que atinge com a mesma dureza Maria Aparecida Perez, que era secretária municipal de Educação quando ocorreram os fatos que levaram à condenação –, é de novembro de 2013, mas só foi publicada pela Justiça paulista na última sexta-feira. A Justiça aceitou denúncia do Ministério Público Estadual (MPE), que apontou uma série de graves irregularidades na contratação, pela Prefeitura paulistana, de uma ONG – o Grupo de Trabalho e Pesquisa de Orientação Sexual (GTPOS) – para assessorá-la em ações referentes a planejamento familiar, métodos contraceptivos e educação sexual nas subprefeituras de Cidade Ademar e de Ci-

dade Tiradentes.

Foram tantos e tão elementares os erros cometidos pela ex-prefeita e atual ministra e sua ex-secretária de Educação que eles deixam a nítida impressão de que ambas agiram com a certeza de tudo poderem fazer, sem se submeter aos princípios que pautam a conduta dos administradores públicos. É como se tais regras não tivessem sido feitas para elas. Por exemplo: não se levou em conta a conhecida proximidade de Marta Suplicy com o GTPOS e dispensou-se a realização de licitação para determinar quem executaria contrato no valor de R\$ 372 mil.

Os argumentos apresentados pelo MPE e as razões alinhadas pelo juiz Cunha Filho constituem um bom resumo da conduta que deve ser adotada pelos administradores públicos em tais casos, assim como uma advertência sobre o que não se deve fazer e as consequências de contrariar tais regras. Segundo o MPE, não foram apresentados elementos capazes de justificar a dispensa de licitação e houve desrespeito ao princípio de igualdade e concorrência, porque não houve a pesquisa de preços de mercado.

O magistrado, por sua vez, lembra que todo administrador deve ter sempre presente que a licitação é a garantia de que “os recursos públicos serão utilizados da melhor maneira possível”, porque permite escolher a oferta mais vantajosa à população. Sobre a alegação de que o GTPOS teria competência para fazer o que a Prefeitura desejava,

acrescenta ele que isso não bastava para que a licitação fosse dispensada. Afinal, outras entidades ou empresas dispunham da mesma competência e poderiam ser contratadas por preço menor dentro de um processo licitatório.

A seu ver, não procede, pela mesma razão, o argumento da Prefeitura de que o GTPOS tem renome e acervo técnico, além da razoabilidade de seu preço. Tudo isso mostra que a falta de licitação representa “violação do princípio da isonomia, que deve pautar a relação entre particulares e prestadores de serviço e o Poder Público com o qual pretendem contratar”.

Para o magistrado houve também violação do princípio da impessoalidade, porque “a entidade contemplada com o contrato questionado fora fundada pela chefe do Executivo em cujo mandato se deu a celebração” desse acordo. Essa ligação muito próxima, ainda que informal, de Marta Suplicy com o GTPOS foi apontada como um erro grave, desde que começou a discussão a respeito do contrato. Ou seja, não faltaram advertências à ex-prefeita e atual ministra da Cultura sobre a inconveniência e os riscos do que pretendia fazer. Ela está, portanto, colhendo o que plantou.

Por meio de seus advogados, Marta Suplicy comunicou que recorrerá da sentença que a condenou. Mas desde já está claro que sua autossuficiência vai na contramão dos avanços conseguidos pelo País para conter os abusos dos governantes.